



Vol. 27, nº 2 (2024)

A DESCENTRALIZAÇÃO DA LITERATURA

LA DESCENTRALIZACIÓN DE LA LITERATURA

Gabriela Rodrigues Santana dos Santos¹

Recebimento do Texto: 09/09/2024

Data de Aceite: 03/10/2024

Resumo: O presente trabalho apresenta um breve estudo acerca do processo de descentralização da literatura a partir de reflexões sobre relações entre produções literárias Ibero-Afro-Americanas. Dessa forma, o objetivo deste texto é analisar alguns aspectos que sinalizam uma possível abertura do cânone literário, a fim de identificar os elementos relacionados a esse processo. No percurso analítico, identificou-se mudanças significativas dentro do campo literário, o que resultou na criação de novos centros.

Palavras-chave: Literatura. Centro literário. Descentralização.

Resumen: Este artículo presenta un breve estudio del proceso de descentralización de la literatura a partir de reflexiones sobre la relación entre las producciones literarias ibero-afroamericanas. El objetivo de este texto es analizar algunos aspectos que señalan una posible apertura del canon literario, con el fin de identificar los elementos relacionados con ese proceso. En el trayecto del análisis, se identificaron cambios significativos dentro del campo literario, que resultaron en la creación de nuevos centros.

Palabras clave: Literatura. Centro literario. Descentralización.

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários – PPGEL, da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). E-mail: gabriela.santos1@unemat.br



Introdução

Em uma escala global, a cena literária tem sido cada vez mais ocupada por vozes plurais. Em relação às literaturas Ibero-Afro-Americanas, interligadas pelas relações coloniais, essa mudança também é perceptível. Nesse cenário, as instituições canônicas e dominantes, que conservam e fazem a manutenção da tradição, parecem ter passado por um processo de “abertura”.

Para exemplificar, cabe citar episódios literários ocorridos em alguns países desses espaços geográficos que demonstram que grupos descentralizados têm sido aceitos pelos “centros literários”. No Brasil (América), desde 5 de abril de 2024, o escritor Ailton Krenak é o ocupante da cadeira número 5 da Academia Brasileira de Letras (principal entidade canônica literária brasileira). Sua posse é um marco histórico para tal instituição, visto que ele se tornou o primeiro indígena a ser um imortal. Ele também é ambientalista, pensador, poeta, professor Honoris Causa pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e pela Universidade de Brasília (UnB) e um dos maiores líderes/ativistas indígenas do Brasil. O referido autor pertence à etnia indígena crenaque e atua, principalmente, na região de Minas Gerais, onde nasceu. Entre suas obras, destacam-se “Ideias Para Adiar o Fim do Mundo” (2020), O “Amanhã Não Está à Venda” (2020); “A Vida Não é Útil” (2020) e “Futuro ancestral” (2022).

Em África, mais especificamente em Moçambique, em 2021, a escritora Paulina Chiziane foi a primeira mulher africana a receber o Prêmio Camões, maior premiação literária dos países de língua portuguesa. Essa laureada autora participou da luta em prol da independência de seu país e segue, mesmo após o fim da guerra, defendendo os direitos de seu povo. Em seu discurso durante a premiação, fez um alerta em relação à urgência da descolonização da língua portuguesa. Suas principais obras são "Balada de amor ao vento" (1990), “Ventos do apocalipse” (1993), “Niketche: uma história de poligamia” (2002) e “O alegre canto da perdiz” (2008)".

Já em Portugal (universo Ibero), Grada Kilomba é um dos nomes de mais destaques dos últimos anos e seu reconhecimento ultrapassa as fronteiras lusitanas; em 2019, por exemplo, foi a autora mais vendida da Flip (Festa Literária Internacional de Paraty), com sua obra "Memórias da Plantação" (2008). Outra autora em destaque é Djaimilia Pereira de



Almeida, escritora com cidadania portuguesa, mas nascida em Angola. Em 2019, ela venceu o Prêmio Oceanos com a obra “Luanda, Lisboa, Paraíso” (2018). O Oceanos – Prêmio de Literatura em Língua Portuguesa –, assim como o Prêmio Jabuti e o Camões, é considerado uma das premiações mais importantes entre os países de língua portuguesa. Seus principais livros, além do supracitado, são “Esse Cabelo” (2015) e “A visão das plantas” (2019).

Ademais, neste trabalho, busca-se destacar a cena literária brasileira, na qual se verifica a redescoberta e reconhecimento de escritores como Maria Firmina dos Reis e Lima Barreto; a restituição da negritude de Machado de Assis, um dos maiores escritores da literatura brasileira; a ascensão de mulheres escritoras como Conceição Evaristo, Eliane Alves Cruz, Cidinha da Silva, Ana Maria Gonçalves, Jarid Arraes e de autores negros como Itamar Vieira Junior, Jeferson Tenório e Geovani Martins. Esses fenômenos são extremamente significativos uma vez que o âmbito da literatura, nacional e mundialmente, sempre foi homogêneo, elitista e racista. A presença e o destaque desses sujeitos nesse espaço indicam novas perspectivas para a literatura verde-amarela e são reflexos de recentes transformações culturais.

Nesse sentido, a finalidade deste estudo corresponde à produção de uma análise acerca do processo de descentralização da literatura. Assim, serão apresentados alguns aspectos pertinentes para a compreensão das mudanças literárias na contemporaneidade indicadas pelos eventos supracitados. Posto isso, vale salientar que alguns questionamentos nortearam este trabalho, a saber: Vivemos atualmente uma abertura do cânone? Quais fatores estão ligados a esse processo? Como grupos excluídos historicamente “fissuraram” as muralhas das instituições canônicas? Para fundamentar tal investigação, metodologicamente, este texto é resultado de uma pesquisa bibliográfica. Ao passo disso, teoricamente, recorreremos a Alós e Schmidt (2009), Bessiére (2011), Candido (2011), Mata (2023) e Memmi (1997).

Uma abertura do cânone literário?

O processo de colonização fez dos países colonizados espaços submetidos aos interesses e imposições dos colonizadores, logo, o efeito da invasão e da exploração territorial de países que outrora foram colônias é a colonialidade, isto é, a incorporação e



reprodução de ideologias europeias, as quais se materializam no comportamento social desde 1500. Nesse parâmetro de análise, as literaturas produzidas em territórios colonizados lutam para destruírem as correntes da colonização. No campo literário não é diferente.

Ao tratar do colonizado, Memmi (1997, p. 162) apresenta duas movimentações dos colonizados em relação ao colonialismo: "As duas saídas historicamente possíveis são então tentadas, sucessiva ou paralelamente. Ele tenta *ou tornou-se diferente ou reconquistar todas as suas dimensões*, das quais a colonização o amputou." Verifica-se, assim, as tentativas de resgate dos modelos de produções culturais e literárias produzidas antes da colonização, bem como as advindas das tradições orais, silenciadas pelos padrões estéticos e pela cultura escrita, o que fazia parte do processo de imposição e apagamento cultural. À luz disso, vale salientar o que Memmi (1997, p. 164) aponta ao analisar a relação entre colonizado e colonizador: "O esmagamento do colonizado está compreendido nos valores colonizadores." Dessa forma, pode-se dizer que, durante a colonização, a literatura do colonizador soterrou a literatura do colonizado.

Na contemporaneidade, há uma disputa (de poder e) literária que reflete essa perspectiva. Os resquícios da colonização, no que diz respeito ao campo literário, correspondem à incorporação e à imitação dos modos de produção do colonizador. Mais do que isso, atualmente, nas antigas colônias, os ocupantes dos espaços de poder, inclusive das instituições literárias, são, em geral, descendentes de colonizadores ou de grupos sociais colonialmente considerados superiores e merecedores de ocupar espaços de poder (homens, brancos e ricos). Portanto, há uma dominação, um controle, das produções narrativas.

Em termos globais, há uma sobreposição da literatura dos países colonizadores (a qual é caracterizada como universal) em detrimento das literaturas dos países colonizados (entendidas como regionais/locais). Já nas colônias, há um tensionamento entre as produções e produtores chancelados pela academia e as literaturas produzidas pelos marginalizados e excluídos. A intelectual Inocência Mata explica isso indicando que:

[...] o poder (a dominação, enfim) é uma relação (e não um fenómeno): tal como a relação que uma escritora como Chimamanda Ngozi Adichie mantém com uma outra como Conceição Evaristo (ambas narrativizam experiências históricas, individuais e coletivas), no âmbito da política da estética, relaciona-se com o



poder das instâncias de legitimação de ambas, também a relação que a literatura portuguesa mantém com a angolana é diferente da que mantém com a francesa, por exemplo. E essa diferença não é de grau, é de natureza: enquanto na primeira relação o “argumento” do tempo funciona como fator de majoração (os mais de 800 anos da literatura portuguesa e os quase, apenas, 180 anos da literatura angolana), a segunda relação pode convocar a “universalidade” da literatura francesa comprovada pelas quase duas dezenas de Prêmios Nobel (Annie Ernaux, Prémio Nobel de 2022, foi a 17ª galardoada francesa, enquanto Portugal – pior, a língua portuguesa – teve apenas um único: José Saramago). (Mata, 2023, p. 48-49).

Outro ponto pertinente está relacionado ao fato de todo esse embate ser travado por meio da língua do colonizador. Dessa forma, as práticas do colonialismo histórico permanecem e regem as relações e os modos de organização do mundo, especialmente por meio da linguagem. Em confronto a isso, há um movimento decolonial para superação da colonialidade, o sistema resultante da colonização, haja vista que a maneira como se produz literatura tem ligação com o modo como estruturamos o mundo. Segundo Alós e Schmidt (2009, p. 129), “[...] se a literatura é um discurso resultante de práticas sociais intersubjetivas, sua especificidade não passa de um jogo de convenções cristalizado em determinados momentos históricos.” Logo, o sistema de funcionamento da literatura não é apenas estético, mas também político.

Nesse viés, a discussão deste artigo é essencialmente política acerca do centro literário (ou do cânone), considerando que a literatura enquanto instituição é uma produção e um produto de quem domina; com isso, é marcada pelas relações de poder (econômicas, sociais e raciais). Nesse processo, indagamo-nos: será que realmente houve uma abertura do cânone? Para tentar responder a essa pergunta, precisamos pontuar algumas mudanças.

De acordo com Mata (2023)

Uma dessas perspectivas diversas de que falei atrás busca a sua substância na crítica pós-colonial (sendo este singular apenas generalizante), em articulação com a categoria literatura-mundo, que tem sido propulsora de uma mudança epistemológica ao permitir pensar as produções literárias de sistemas “menos centrais”, para além do seu locus espaço-temporal original, e estabelecer densas relações, trânsitos e circulações de caráter mundial que vão moldando a sua significação local e translocal, que as fazem significar no “sistema-mundo” literário. (Mata, 2023, p. 44-45).

O período pós-colonial é caracterizado pela reelaboração dos arranjos literários estabelecidos pelas instâncias canônicas. Conforme a autora supracitada, a um nível global, os então considerados “centros literários” estão sendo questionados, reformulados e, até



mesmo, perdendo espaço para as margens literárias em certas circunstâncias². Nesse sentido, a literatura comparada é uma importante ferramenta de análise para compreender a articulação entre essas produções que, mesmo de espaços geográficos distintos, dialogam e formam uma consonância para gerar um novo “sistema-mundo” literário.

Somado a isso, outros fatores contribuíram para esse perceptível “fissuramento” do centro literário, bem como a resistência de escritores excluídos e preteridos, especialmente as mulheres, a população negra e os pobres, os quais, apesar das muralhas que os impediam (e ainda impedem) de acessar os espaços centralizados, mobilizaram forças para empreender suas produções e tensionar os impeditivos que os arrastavam para as margens. Nesse viés, Mata (2023), revela ainda que:

É que essa hierarquização literária decorrente de premissas prescritivas do cânone, como as expressões “altas literaturas” ou “escritor universal” podem sugerir, tem levado a análises comparativas normalmente conduzidas de forma a normalizar juízos provenientes de modos de ler pré-estabelecidos e “vícios” de recepção gerados por uma canonicidade educacional ocidental que dita as regras de mercado. (Mata, 2023, p. 48).

O discurso de elevação e proteção da “alta literatura” nada mais é do que um mecanismo discursivo para amparar práticas de exclusão literária. Ao contrário do que se prega, a literatura não está isenta das questões éticas. É ingênuo acreditar no discurso de que as instâncias canônicas estão apenas preocupadas com o valor estético das obras. Conforme Bessière (2011, p. 15), “Há centro se há poder econômico, poder cultural, estratégia de retorno dos simbólicos e das historicidades dos centros estabelecidos.”. Sendo assim, em camadas menos superficiais, pode-se identificar as verdadeiras motivações para o centro literário ser cercado de muralhas discursivas e práticas que o conservam tal qual os interesses dos que dominam. Não é por acaso que o que mais resiste são os critérios de avaliação das obras literárias, os quais são defendidas com fúria pelos “protetores da literatura”.

A ampliação do público leitor, decorrente da democratização do ensino formal, também força a abertura do cânone. Historicamente, a leitura era um privilégio; assim, tal concentração facilitou a criação de um centro literário, haja vista que os que produziam

² Como em relação ao consumo, é frequente que escritores descentralizados ocupem os primeiros lugares no que diz respeito às obras mais vendidas.



literatura eram os mesmos que a liam. Ao encontro disso, “É preciso sublinhar que a literatura e a leitura são questões singulares, indissociáveis da esfera pública: o livro circula, ele tem uma leitura e um uso específicos” (Bessiére, 2011, p.18). Além disso, o acesso à editoração/publicação era restrito e a validação dos ocupantes do centro literário reforçaram os alicerces da configuração canônica que desejavam, isto é, homogênea, hegemônica, branca e classista. Portanto, a elitização literária perpassava a produção, a publicação/circulação e a leitura das obras.

Diante da formação de novos leitores, embora o analfabetismo ainda seja acentuado nas antigas colônias, houve também a mudança do perfil dos críticos literários. Muitos sujeitos, pertencentes ou não às elites, assumindo perspectivas mais críticas em relação a essa realidade, passaram a analisar e a questionar a estrutura da tradição literária e seus discursos. Isso dá novos rumos à maneira de se pensar a literatura, o que abriu margens para uma contestação daquilo que se estabelecia como literatura e não literatura, como centro e periférico.

Outro aspecto mais recente, mas não menos importante, é a criação de pequenas editoras e projetos editoriais independentes, movimento que propicia a escritores descentralizados a possibilidade de publicação de suas obras, tendo em vista que as editoras tradicionais seguem/seguiram os caminhos das instâncias canônicas. Embora isso tenha sido alterado por conta do neoliberalismo e da expansão do capital – sistema econômico e político que direciona o mercado (inclusive o editorial) para se movimentar de acordo com as demandas sociais e a geração de lucro –, os marginalizados enfrentam dificuldades para publicarem suas obras. À vista disso, os novos leitores e críticos exigem do mercado e das instituições canônicas literaturas mais plurais, logo, precisam atender, minimamente, a essas reivindicações para não se desestabilizarem.

Para Bessiére (2011, p. 15),

Os novos centros - ou aqueles que, a partir do que é por vezes chamado de periferia, respondem mais estrategicamente aos centros estabelecidos - deixam aparecer explicitamente, por um lado, que os mundos da literatura são mundos de culturas bastante distintas. Por outro, como diríamos em inglês, esses novos centros impõem um *literaturescape* [paisagem literária] que supõe que sejam construídos jogos de linguagem e possibilidades de recepção propriamente transnacionais. (Bessiére, 2011, p. 15).



Para além disso, a globalização e a criação da internet (e afins) contribuíram para a criação de estratégias descentralizadoras e decoloniais, por meio das quais autorias marginalizadas conseguiram ascender e penetrar o campo literário por meio do público alcançado pelas mídias sociais. A suposta abertura do cânone não é gratuita, é intencional tendo em vista que a academia está perdendo força. Esse enfraquecimento da instância do cânone como detentor absoluto da literatura é resultado do tensionamento provocado pelo empenho dos escritores e leitores descentralizados, os quais, desde a colonização, resistem e produzem/consumem suas obras que confrontam tais parâmetros.

Portanto, pode-se inferir que a abertura não foi do cânone em si, mas sim do campo literário. De acordo com Bessiére (2011, p. 12), “[...] os novos centros assim estabelecidos constroem as literaturas dos centros já estabelecidos a se examinar.” Por conseguinte, a literatura tem sido descentralizada e recentralizada, novos centros literários estão se formando e se estabelecendo no cenário global.

Ressonâncias da resistência dos escritores descentralizados no Brasil

Na atualidade, a literatura vem ressoando por meio de uma produção literária cada vez mais descentralizada. Ao passo disso, as instituições canônicas perderam seu poder absoluto em relação aos arranjos do campo literário. Contudo, o cânone não deixará de existir e sempre terá sua importância no que diz respeito à conservação da literatura.

O que precisa ser questionado, na verdade, é a utilização do centro literário como instrumento de exclusão política. De acordo Klein (2013, p. 113), “cânone é e sempre será sinônimo de exclusão”. Isso ocorre uma vez que o seu papel corresponde, entre outras funções, a uma seleção das elaborações literárias exemplares e referências para uma determinada sociedade. A problemática se instaura quando esse processo é conduzido, camufladamente, por intenções alheias ao valor estético, mas sim guiado por ideologias etnocêntricas.

Desse modo, o surgimento de novos centros foram/são imprescindíveis para a promoção de uma reparação histórica e ética em relação aos inúmeros escritores negligenciados por uma política canônica de silenciamento e de dominação da literatura. O



centro literário já percebeu seu enfraquecimento e busca estratégias para se manter no poder; uma delas é performar uma (superficial) abertura do cânone.

Nesse sentido, faz-se pertinente recorrer ao intelectual Antonio Candido e suas proposições no que tange à literatura enquanto um bem ao qual todos devem ter acesso. Segundo Antonio Candido (2011), a literatura tem caráter universal, haja vista que todas as pessoas apresentam necessidade de fabulação. Logo, para o referido autor, precisa ser contemplada, e tal processo se configura enquanto um direito. Para Candido (2011, p. 177), “[...] talvez não haja equilíbrio social sem a literatura”.

Nesse sentido, a literatura é vital. Essa necessidade transcende as negações à literatura, provocadas pelo analfabetismo, resultante da restrição ao acesso à educação que perdurou por séculos no Brasil. Um exemplo disso é Carolina Maria de Jesus; essa escritora, por meio da literatura, assim como muitos de seus semelhantes, humanizou-se em uma sociedade que a despejou às margens do centro da sociedade. Vale lembrar que sua produção literária foi questionada e tratada como objeto excêntrico pelos críticos literários da época, os quais foram parciais e não reconheceram o potencial do projeto literário de Carolina. A atribuição de valor estético a sua produção é recente e é um efeito do trabalho de críticos descentralizados que se voltaram com um novo olhar para sua escrita.

Em se tratando da humanização, Candido (2011) define como:

[...] o processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor. (Candido, 2011, p. 182)

A destituição de humanidade de pessoas também ocorre a partir da negação de direitos, inclusive da literatura, seguindo a perspectiva de Antonio Candido. Ao defender isso, o referido autor aponta que “[...] a literatura corresponde a uma necessidade universal que deve ser satisfeita sob pena de mutilar a personalidade, porque pelo fato de dar forma aos sentimentos e à visão do mundo ela nos organiza, nos liberta do caos e portanto nos humaniza” (Candido, 2011, p. 188). Isso posto, percebe-se que os autores descentralizados, ao confrontarem o cânone e criarem novos centros literários, reivindicam o direito à literatura.



Em uma sociedade estratificada, a literatura também é estratificada, pois: "Cada sociedade cria as suas manifestações ficcionais, poéticas e dramáticas de acordo com seus impulsos, as suas crenças, os seus sentimentos, as suas normas, a fim de fortalecer em cada um a presença e atuação deles." (Candido, 2011, p. 177). Sendo assim, a literatura é um reflexo do meio que a produz.

Além de Carolina, outro autor que foi redescoberto dentro da cena literária brasileira é Lima Barreto, o qual, segundo Schwarcz (2019, p.137), foi “uma voz aguda, e muitas vezes solitária, no Brasil da Primeira República e no território estendido do Rio de Janeiro”. Ademais de esquecido dentro da tradição literária, em sua época, o supracitado escritor foi excluído socialmente por conta de sua raça, era um homem negro. Apesar disso, combateu o racismo e a marginalização por meio de sua produção literária, marcada pelo contradiscurso. Lima Barreto foi um homem caracterizado pela ambivalência, algumas até questionáveis, mas que não justificam as exclusões e o silenciamento pelos quais passou, principalmente dentro da academia. No que diz respeito à historiografia literária brasileira, para um Machado de Assis, temos milhares de Lima Barreto.

A partir dos dois exemplos expostos acima, visualiza-se, em diferentes épocas, o empenho e a resistência de escritores para romperem as muralhas do centro literário e tensionarem as estratificações sociais e literárias. Esse movimento ocorre desde a colonização, mas foi invisibilidade e sobreposto pelos discursos dominantes e pelas narrativas estereotipadas.

No Brasil contemporâneo, despontam-se vários nomes pertencentes a grupos descentralizados que fortalecem e criam os novos centros (possíveis apenas a partir da atuação e da resistência de sujeitos marginalizados de tempos anteriores), como é o caso de Itamar Vieira Junior. Esse escritor ganhou notoriedade ao ganhar o Prêmio LeYa de 2018, o Prêmio Jabuti de 2020 e o Prêmio Oceanos de 2020, com o romance “Torto arado” (2019). Cabe mencionar que, atualmente, as premiações literárias “funcionam como mediação do processo de canonização, ainda que em constante tensão pela abertura a outros autores de consumo interno.” (Mata, 2023, p. 46). Apesar de ser laureado com os mais importantes prêmios literários do Brasil e de Portugal, Itamar é constantemente atacado por uma crítica literária que segue repetindo discursos e critérios ultrapassados.



Ademais, a ressonância da descentralização do campo literário corresponde ao surgimento de novas perspectivas. Como efeito, a literatura começa a se pluralizar e as novas formas de ficcionalização (de elaborações de grupos marginalizados) distanciam-se e/ou confrontam a tradição literária marcada pelo olhar etnocêntrico e colonial. Verifica-se, em grande escala, uma contraposição de representações preestabelecidas pela tradição, novos temas, novas autorias, o rompimento de proibições e, quiçá, o princípio de um processo de democratização da literatura.

Em vista disso, o campo literário tem sido ocupado por mulheres, pobres, negros, indígenas, periféricos, sertanejos/ribeirinhos/assentados, jovens, pela comunidade LGBTQIA+ e tantos outros grupos sociais que não eram/são relevantes para o “centro”. Essa diversidade de vozes autorais produzem narrativas que tematizam questões urgentes que outrora não aparecem na literatura ou que eram elaboradas artisticamente de forma pejorativa e retroalimentavam as desigualdades, os preconceitos e as discriminações.

Considerações finais

Diante do que foi exposto, pode-se notar que há novos rumos para a literatura, tornando-se evidente que essa instância artística foi alterada nos últimos anos em diversas sociedades. Inicialmente, por sua unicidade linguística, verificou-se neste trabalho que as literaturas que integram o conjunto Ibero-Afro-Americano apresentam relações históricas que as aproximam e que as articulam. Em diversos níveis, as produções literárias contemporâneas em língua portuguesa formam uma consonância que reivindicam a visibilidade das feridas que precisam ser sanadas e que foram causadas pela colonização empreendida pelo império lusitano.

As ex-colônias têm se mobilizado de forma decolonial para destruírem todas as correntes da colonialidade e o âmbito literário não foi negligenciado; pelo contrário, são inúmeras as obras que resgatam as culturas ancestrais, que recontam os mitos, que constroem novas narrativas de cunho nacional, que denunciam as mazelas e que reclamam o direito não apenas à literatura, mas também à dignidade humana, a qual não pode ser alcançada sem que os sistemas vigentes sejam contracoloniais.

No entanto, a colonialidade tem raízes profundas e o centro literário ainda é imperativo e regula, de forma hierárquica, o campo literário/social. Nesse cenário, todas as



práticas de confronto aos arranjos (transnacionais) que preservam a negação ao direito à literatura devem ser exaltadas e fortalecidas por todos aqueles que, realmente, entendem o que é a literatura e sua importância dentro do meio social, político e histórico. Mais do que nunca, a literatura precisa ser tomada por um exercício ético.

Referências

ALÓS, A. P.; SCHMIDT, R. T. **Margens da Poética/Poéticas da Margem: o comparatismo planetário como prática de resistência**. Organon, Porto Alegre, v. 23, n. 47, 2009. DOI: 10.22456/2238-8915.29514. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/29514>. Acesso em: 18 maio. 2024.

BESSIÈRE, Jean. **Centro, centros: novos modelos literários**. WEINHARDT, M.; CARDOZO, MM Centro, centros. Literatura e Literatura Comparada em discussão. Curitiba: ed. UFPR, p. 13-35, 2011.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998. Interrogando a identidade. p.70-104.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: _____. **Vários Escritos**. 5 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul/ São Paulo: Duas Cidades, 2011.

DA SILVA SOUZA, Josuelene; PEREIRA, Rubens Alves Edson. A formação do leitor no Brasil: entre práticas e proibições. **Contexto-Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFES**, n. 34, 2018.

GINZBURG, J.. O valor estético: entre universalidade e exclusão. **Alea: Estudos Neolatinos**, v. 10, n. 1, p. 98–107, jan. 2008.

KLEIN, Kelvin Falcão. Cânone e exclusão. **Em Tese**, [S.l.], v. 19, n. 2, p. 111-121, ago. 2013. ISSN 1982-0739. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/emtese/article/view/4999/4699>>. Acesso em: 11 jun. 2024. doi:<http://dx.doi.org/10.17851/1982-0739.19.2.111-121>.

MATA, I.. Estudos literários africanos e literatura-mundo: reflexão sobre a epistemologia da crítica literária. **Revista Brasileira de História**, v. 93, pág. 43–60, 2023.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. 3.ed. Rio de Janeiro: paz e terra, 1977.

SAID, Edward W; BOTTMANN, Denise. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 564. ISBN: 9788535919516.



Vol. 27, nº 2 (2024)

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Lima Barreto e a escrita de si**. Estudos Avançados, São Paulo, Brasil, v. 33, n. 96, p. 137–153, 2019. DOI: 10.1590/s0103-4014.2019.3396.0009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/161285>. Acesso em: 15 maio. 2024.

VASCONCELOS, A. W. S. DE. Lilia Moritz Schwarcz - Lima Barreto: triste visionário. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 54, p. 475–481, 2018.